# O 2º. centenário de nascimento do Ferreira Boticário

José Liberal de Castro (*)

Este ano de 2001 vê transcorrer o 2º. centenário de nascimento de Antônio Rodrigues Ferreira Filho, figura destacada no cenário político do Ceará oitocentista e nome por demais conhecido como gestor público de sua capital.

Infelizmente, são reduzidas as notícias sobre a vida dessa personalidade histórica. Na verdade, cingem-se a informações pessoais contidas em artigo autobiográfico publicado no jornal *Pedro II*, de 18.6.1852, e no testamento, ditado e assinado pelo próprio Ferreira, transcrito no primeiro número da *Revista do Instituto do Ceará*.

Contribuição objetiva à presença do Ferreira na administração da cidade pode ser obtida com a leitura das atas das sessões da Câmara Municipal fortalezense, relativas ao período entre 1842 e 1859, quando participou daquela instituição como vereador presidente. Eventuais notas em jornais da época também oferecem subsídios à biografia do Boticário.

Mais referências básicas se encontram em trabalho da autoria de Paulino Nogueira, incluído naquele primeiro número da revista do Instituto. Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1843-1908), um dos fundadores do Instituto do Ceará e seu primeiro presidente, conheceu o Boticário, como bem o comprova a descrição que lhe faz da aparência física e até de sua voz. Nogueira tornou-se admirador extremado do Ferreira, cujas qualidades morais e éticas exaltava, considerando-o "benfeitor da humanidade e chefe político incomparável", conforme declara textualmente (P. N. B. Fonseca, 1887: 15).[1]

---

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] Esta e as demais citações que se seguem foram transcritas do trabalho *A vida de Antônio Rodrigues Ferreira*, da autoria de Paulino Nogueira, incluído no tomo 1 da Revista do Instituto do Ceará, de 1887: 13-51). Doravante, nas referências às citações, aparecem indicados apenas o ano de 1887 e o número da página respectiva.

Entretanto, Paulino Nogueira admirava o Boticário não apenas como administrador, cujas ações tentou mitificar, mas principalmente como o prestigioso e conciliador dirigente do Partido Conservador, grêmio cuja ação política louvava de modo desmedido, às vezes, tendencioso, sempre aproveitando o ensejo para desqualificar os adversários.

Nas contribuições aos estudos do Ferreira devem também ser levadas em conta os comentários de João Brígido em *A Fortaleza de 1810*, texto publicado originalmente em 1882, portanto, cinco anos antes da biografia escrita por Nogueira. Também deve ser considerada a *Refutação* de Brígido, redigida em contestação às mencionadas notas biográficas da autoria de Paulino Nogueira. Brígido, que também conheceu o Boticário pessoalmente, dele aliás fazendo descrição física que se assemelha à de Nogueira, considera o valor da participação do Ferreira na história da *forma urbis* fortalezense, mas a coloca nas devidas proporções, no tempo e no espaço. Conquanto tivesse o Ferreira na conta de homem amável e até brincalhão, não lhe admirava o comportamento político, matreiro, destorcidamente partidário, guardando rancor de seus adversários, e muitas vezes vingativo.

Merecem ainda acolhidas as apreciações de João Franklin de Alencar Nogueira (1867-1947), filho de Paulino, bem como as avaliações de historiadores cearenses do século XX, quase sempre concernentes à atuação do Boticário como gestor urbano, todas encomiásticas e, às vezes, um tanto exageradas.

Por via de suas próprias declarações, sabe-se que o Ferreira era fluminense de Niterói, nascido no ano de 1801, sendo-lhe contudo desconhecida a data de aniversário. Diz em seu testamento ser "filho legítimo de Antônio Rodrigues Ferreira e de D. Marcolina Rosa de Jesus". Provavelmente, órfão de mãe ainda menino e separado do pai, militar transferido para o sul, o jovem Ferreira cedo se mudou para o Rio de Janeiro, empregando-se numa "farmácia francesa cujo proprietário era exaltado liberal" (1887: 14). Os excessos políticos subseqüentes à Independência, que vitimaram os liberais, acabariam atingindo o moço, o qual, tão somente por trabalhar para o francês, se viu, "de surpresa, agarrado como recruta e recolhido à cadeia pública" (1887: 14).

## Vinda para o Ceará

Ajudado por amigos, Antônio Rodrigues Ferreira conseguiu "evadir-se pela grade da prisão, tão magrinho que ele era, e refugiar-se a bordo de um navio mercante, que estava a largar para o Recife" (1887:15). Na casa pernambucana onde foi acolhido, veio a conhecer Manuel Caetano de Gouveia, rico comerciante e cônsul português no Ceará (1795? - 1863), "que com ele simpatizou, convidou-o e trouxe-o para seu caixeiro" (1887: 15).

Pouco tempo depois, já instalado no Ceará, um imprevisto mudou a vida do moço fluminense. Tendo adoecido gravemente a esposa de Gouveia de um "parto arriscado" e estando desenganada, esgotaram-se "rapidamente e debalde todos os recursos médicos, que então eram escassos" (1887: 17). Eis que, em face da providencial intervenção do "ex-caixeiro da farmácia francesa" e, ante o "pasmo geral, a ilustre enferma restabelece-se graças à feliz aplicação dos remédios e aos inexcedíveis cuidados do improvisado médico" (1887: 17). Movido por sentimento de gratidão, acrescenta Paulino Nogueira, Gouveia decidiu ampará-lo profissionalmente, conseguindo "do Protomedicato do Recife licença para Ferreira abrir botica nesta capital e à sua custa mandou vir daquela praça os medicamentos necessários. Ferreira abriu botica na mesma casa, em que veio a morrer, e desde logo a fortuna começou a sorrir-lhe" (1887: 17) [2].

Em 1827, contraiu núpcias com moça de origem modesta, D. Francisca Áurea Ferreira de Macedo ("aqui me casei com uma cearense mui pobre" / "de cujo consórcio não tive filho algum, e nem outro algum ilegítimo que pudesse legitimar", assim o declara pessoalmente). Na Fortaleza da época, num período de forte

[2] A botica ficava na continuação da rua da Palma ou, mais precisamente, em um extremo da Feira Nova, na parte conhecida como rua do Fogo. A Feira Nova era uma espécie de rossio secundário, em vias de consolidação, enquanto rua do Fogo subentendia trecho marginado por casas de palha, então periférico. A botica localizava-se, portanto, num extremo da cidade, na futura Praça do Ferreira, em ponto hoje correspondente ao número 566 da rua Major Facundo, onde até alguns anos funcionou a Farmácia Galeno.

conturbação política, ora fazendo de médico ora fazendo de farmacêutico, receitando e preparando remédios, o Ferreira logo se tornou figura popular, angariando simpatia geral por seu relacionamento gentil e pelo modo correto de se portar. Sua botica, onde aliviava a dor de ricos e pobres e em cuja parte posterior morava, tornou-se ponto de encontro de gente do povo e de pessoas gradas.

Figura afável, de trato urbano lapidado na vida comercial da Corte, este aspecto de sua personalidade deve ser ressaltado porque ganhava evidência numa Fortaleza minúscula, ainda de hábitos rústicos, conquanto em busca de adquirir ares de cidade. Além do mais, o Ferreira contava com a condição especial de não ser filho da terra, quer dizer, desfrutava da vantagem de não se ver envolvido nos velhos esquemas de rixas familiares que abalavam principalmente os grupos locais de origem sertaneja. As circunstâncias de ádvena bem recebido, faziam-no retribuir as considerações, portando-se discretamente ante os conflitos de opinião. Embora jamais se tornasse dono de bens vultosos, o Boticário veio a mostrar-se generoso com os amigos, como bem o comprovam, entre outras referências, os termos de seu testamento.

## Vida política

Não se sabe exatamente nem quando nem como o Ferreira passou a militar na política e nem o que o teria feito encaminhar-se para as hostes do Partido Conservador. Ao ver de Geraldo da Silva Nobre, a vizinhança da botica do Ferreira com a sede do jornal *Pedro II*, órgão caranguejo, explicaria o seu envolvimento, a ponto de torná-lo um dos mantenedores do periódico. Com efeito, a botica tinha o número 24, enquanto o jornal estava no 14. Seriam, portanto, constantes os contatos de porta de botica e de calçada mantidos pelo Ferreira com membros daquele grupo político, contatos que forçosamente estreitavam o seu relacionamento com dirigentes do Partido Conservador[3]. A militância po-

[3] A maneira como se teria estabelecido o envolvimento político do Boticário é supositícia. Outro Aramac (João Brígido), descrevendo a cidade de 1845, loca-

lítica efetiva deve ter-se iniciado após o fim da primeira gestão presidencial do Senador Alencar, em 1837, quando os conservadores subiram ao poder, visto que a presença oficial do Ferreira nos quadros da administração pública já se mostraria definitivamente consolidada por volta de 1842, relativa à portaria de 18 de março desse citado ano, como o comprova a sua "nomeação oficial – 6º. suplente de delegado de polícia do termo da Capital, cargo que aceitou e de que nunca foi demitido nem pediu demissão" (1887: 27).

A indicação do Ferreira à direção dos negócios municipais verificou-se logo em seguida, fruto de ocorrência fortuita, não muito abonadora, como se verá. Foi beneficiado indiretamente quando de uma eleição provincial fraudulenta e empossado por força de decisão arbitrária do então presidente da Província, o general José Joaquim Coelho, futuro Barão da Vitória. Conservador, português de nascimento e brasileiro por opção, Coelho veio substituir o Senador Alencar, liberal, ao cabo de sua segunda administração. Homem de decisões atrabiliárias, José Joaquim Coelho fez administração tumultuada, bastando registrar que nela ocorreu o assassínio do Major Facundo, dirigente liberal, morto à tocaia, numa operação de clara origem palaciana cujos mandantes jamais foram punidos.

Na verdade, o comportamento de Coelho não fugia à regra, pois, durante boa parte do século XIX, a vida política do País, nomeadamente do Ceará, constituía uma inacabável seqüência de intrigas, de trocas de ofensas pessoais, escritas e verbais, de di-

liza no lado par da rua da Boa Vista (Floriano Peixoto), esquina sul com a rua das Flores (Castro e Silva), uma casa "habitada por José Joaquim Oliveira, onde se editava o jornal *Pedro II*" (Outro Aramac: 237). Mais adiante, declara que José Joaquim de Oliveira era o editor do jornal (Outro Aramac: 247). A inviabilidade temporária de acesso às coleções do jornal *Pedro II*, guardadas na Biblioteca Estadual, infelizmente não permite a confirmação da hipótese de vizinhança do Ferreira com os conservadores, à época. A numeração da botica e da sede do jornal, citada no texto, foi colhida nas edições de 1867, portanto, em data posterior ao falecimento do Boticário.

famações, de perseguições, de "derrubadas", de eleições falsificadas, de eleitorado fantasma, de emboscadas, de crimes de morte. Esta é a verdadeira crônica da vida dos dois partidos, cujos membros eram conhecidos por epítetos populares – *chimangos*, os liberais e *caranguejos*, os conservadores.

Comentando o ocorrido já muito tempo depois, em 1887, Paulino Nogueira inacreditavelmente expressa pontos de vista insustentáveis em favor da burla praticada pelo presidente Coelho nas eleições de 1842. Quanto ao fato, declara textualmente: "ainda hoje o proclamam como um escândalo inaudito, sem se lembrar que esse escândalo não passou de simples e merecida represália a outros, sem dúvida, maiores. *Abyssus abyssum invocat*", sentencia Nogueira (1887: 29), na condição de antigo professor de latim do Liceu do Ceará, recitando o salmista, interpretado segundo a lei de Talião! [4]. O Barão de Studart, por certo mais isento, trata dos fatos com severidade. Chama de "uma monstruosidade" a eleição em que um colégio eleitoral quase inexistente, como era o do "pequeno S. Mateus" (atual Jucás), produziu vultosa messe de votos, todos em favor dos conservadores, os quais assim passaram a vitoriosos no pleito provincial. Na ocasião, José Joaquim Coelho ordenou aos camarários da Capital servissem de mesários, obrigando-os a apurar, consignar e legitimar os votos fantasmas. Não sendo atendido, acrescenta Studart, em represália, "o presidente Coelho suspende os Camaristas de Fortaleza, que recusaram, aderir à farsa da eleição de S. Mateus e manda que os imediatos votos, que eram todos conservadores, fossem empossados". Ficaram portanto, favorecidos com a absurda decisão os candidatos conservadores à câmara municipal fortalezense, anteriormente derrotados. Assim, conclui Studart: "José Antônio Machado, João Batista da Cunha, José Teófilo Rabelo, Francisco Fideles Barroso e Antônio Rodrigues Ferreira tomam posse dos lugares dos verea-

[4] Literalmente: *Abismo chama abismo*. Por extenso, na versão original: *Um abismo chama outro abismo, ao fragor de tuas catadupas; todas as tuas ondas e vagas passaram sobre mim*. (Salmo 42, versículo 7 – A alma anela por Deus / Ao mestre do canto / Salmo didático aos filhos de Coré) (*Bíblia Anotada*, 1991: 723).

dores esbulhados pelo ato ditatorial do presidente Coelho em 12 de março" [de 1842] (Studart, 1896: 124).

Como se vê, uma inesperada ilegitimidade, sem dúvida, deu começo à carreira política do Boticário, o qual, por conseqüência de prolongada hegemonia do Partido Conservador, foi reconduzido à presidência da Câmara Municipal por dezoito anos consecutivos.

## Período Final

Antônio Rodrigues Ferreira faleceu a 29 de abril de 1859, vítima do rompimento de um aneurisma na aorta. Viúvo desde 1855, foram vãos os esforços dos médicos que o assistiram, nomes da mais alta expressão à época, como Manuel Mendes da Cruz Guimarães (1832-1863), José Joaquim Gonçalves de Carvalho, Joaquim Antônio Alves Ribeiro (1830-1875), além de Manuel Ferreira Lagos (1816-1871) e Francisco Freire Alemão (1797-1873), integrantes da Comissão Científica de Exploração, chegada à cidade de dois meses antes. Alves Ribeiro era diplomado em Harvard e Freire Alemão, pós-graduado em Paris.

O falecimento do Ferreira foi sentido pela cidade. A missa de sétimo dia, realizada a 5 de maio, teve caráter solene, como a descreve Freire Alemão, um dos médicos de seus últimos momentos [5].

O sepultamento ocorreu no antigo e pequeno cemitério de São Casemiro, popularmente conhecido por Cemitério do Croatá, cuja localização contra-indicada exigiu fosse desativado, induzindo a abertura do Cemitério de São João Batista em 1872. Entretanto, suspensos os enterramentos no Croatá, os despojos lá permaneceram até a transferência coletiva para a nova necrópole, em 1880,

[5] "Havia na igreja uma eça, coberta por um baldaquino ou cúpula, simples e elegante. Oficiaram sete sacerdotes. Havia coro música, suportável aqui. Assistia grande número de pessoas amigas do defunto. As pessoas mais gradas da cidade, começando pelo presidente, e seu secretário. (...) Depois do ofício, missa encomendação, que tudo durou mais de três horas, uma pessoa que não conheço subiu à tribuna do lado esquerdo, daí recitou um elogio necrológico, acabando com uma poesia a respeito do falecido" (Alemão, 1961: 207).

quando foram depositados em ossários preparados pela Santa Casa. João Nogueira, fiel à admiração devotada por seu pai, declara que, prestando "um tributo de veneração" e cumprindo "um dever de filho e cearense", fez construir no Cemitério de São João Batista, em 1925, às suas próprias expensas, um mausoléu para onde trasladou os restos mortais do Boticário (João Nogueira, 1942: 82).

O testamento do Ferreira, preparado um pouco antes de seu falecimento, oferece idéia dos bens e do círculo de amizades do Boticário. "Não tendo descendentes", instituiu como herdeira sua afilhada, Francisca Luduvina da Costa Leal, deixando o sítio Marinhas em usufruto para sua cunhada Ana Luísa da Silva. Por ocasião das missas rezadas em sua memória, seriam distribuídas por dez anos "ofertas de dez mil réis" a famílias pobres. Como testamenteiros, constavam os nomes do marido da afilhada, Antônio Teixeira Bastos Leal, e o "Sr. Dr. Miguel Fernandes Vieira", dirigente conservador, chefe do grupo dito Carcará, figurando, entre as testemunhas, a pessoa de Adolfo Herbster. Após o desaparecimento do Ferreira, a botica passou às mãos de Pedro Nogueira da Fonseca, irmão de Paulino Nogueira, fato que bem demonstra as ligações com membros da família do futuro desembargador com o Boticário [6].

## O nome "Praça do Ferreira"

Como já se afirmou, na época da chegada do Ferreira ao Ceará, a praça cujo nome o homenageia estava mal delineada,

[6] À parte vínculos de amizade familiar, a grande admiração de Paulino Nogueira pelo Ferreira provavelmente se devia à ação conciliadora mas enérgica, marcada pela lealdade política com que este se empenhava nas desavenças internas dos conservadores, mantendo-lhes a unidade partidária. Quando escreveu o trabalho sobre a vida do Boticário, em 1887, os velhos partidos políticos, subdivididos em facções, praticavam alianças inaceitáveis ao espírito de Nogueira, causando espanto à sua ortodoxia, rigidamente voltada "à ordem". Estes e outros fatos explicariam seu afastamento das lides políticas e o futuro ingresso na magistratura, em 1892, atividade em que se mostrou "sereno, modesto, inteligente e culto, de uma honestidade inatacável", coroando-lhe a vida de homem "forrado na cultura clássica, literária e jurídica", que havia desempenhado com exemplar correção as atividades de funcionário, professor, jornalista e advogado (Vasconcelos, 1942: 196-7).

com sua face norte ainda em processo de definição, balizada pelos sobrados do Coronel Antônio José Machado e de Francisco José Pacheco de Medeiros, o Pachecão. Não passava de uma área baldia chamada Feira Nova, que complementava as funções comerciais da praça Carolina, a Feira Velha. Após a Maioridade, chamou-se Pedro II. Quando ganhou a atual forma retangular, teve sua denominação mudada para Praça Municipal ou da Municipalidade, pelo fato de nela estar localizada a Câmara Municipal, instalada no sobrado do Pachecão, adquirido em 1831 e ocupado em 1833 (Meneses, 1895: 178-9).

Não se sabe se por decisão meramente pessoal ou instigado por terceiros, em ata da sessão de 13 de outubro de 1871, doze anos após a morte do Ferreira, o vereador João Antônio do Amaral Júnior reclamava de não ter constado da ata da reunião anterior

> *"a sua indicação para que se mudasse o titulo de praça Municipal para o de praça do 'Ferreira', como uma memoria aos relevantes serviços que prestou o Tenente Coronel Antonio Rodrigues Ferreira ao progresso material da provincia e principalmente a esta cidade e seu municipio, na qualidade de presidente da Camara e tendo sido a sua indicação approvada por unanimidade. Mandou fosse inserida a reclamação".*

Essa proposição, apresentada por um vereador praticamente desconhecido e aprovada por unanimidade pela Câmara, pede sejam formuladas algumas ilações.

Primeiramente, ocorre perguntar se, na ocasião, já se manifestariam desentendimentos entre próceres conservadores, figurando a consagração do nome do Boticário como símbolo de uma união partidária desejada por muitos ou talvez por alguns? Com efeito, a fundação de um outro jornal do Partido Conservador, denominado *A Constituição*, já revelava sinais evidentes da bipartição.

Uma segunda pergunta: teria Amaral aproveitado a oportunidade criada pelo clima de glorificação gerado pelo retorno da tropas cearenses vitoriosas na Guerra do Paraguai, anunciado para aqueles dias, clima que redundaria, como homenagem, na mu-

dança das antigas denominações de vários logradouros para nomes de heróis?

Mais ainda outra dúvida: por que haveria Amaral Júnior optado por denominá-la praça "do Ferreira" e não por praça Antônio Rodrigues Ferreira? Seria a praça Municipal já eventualmente citada pela população como "praça do Ferreira", de tal modo que o projeto do vereador legitimava um uso corrente, comum à toponímia tradicional, de inconfundível procedência popular? No fim de contas, aqui e alhures, os espaços urbanos eram então quase sempre conhecidos por referências objetivas, correlacionadas com edifícios, árvores, que os caracterizavam, ou por figuras humanas que os habitavam, neste último caso, recorrendo a nomes de pessoas conhecidos na cidade. Vale ressaltar que na ocasião a Fortaleza contava com velhos exemplos desse tipo de toponímia, tais como o Meireles, o Siqueira, o Parrião, os desaparecidos, o beco do Monteiro, a rua do Singlehurst e outros mais. No caso da Praça, o nome do Ferreira, com mais razão, aparecia na cidade reforçado pelo prestígio de portar dupla referência. De um lado, porque no logradouro se localizava a botica, outrora freqüentada por todos; de outro, por lembrar quem havia conduzido o processo de transformação física que veio dar à praça seu contorno retangular característico.

São dúvidas que permanecem, mas é curioso o fato não deve ter havido reações em contrário à mudança, mesmo por parte da oposição, pois *O Cearense*, órgão dos liberais, em sua edição de 15 do mesmo mês de outubro de 1871, assinalava na coluna *Noticias* que

> *"a camara municipal desta cidade, por indicação do vereador João Antonio do Amaral Junior, resolveu mudar o nome da Praça Municipal para Praça do Ferreira, em homenagem á memoria do cidadão Antonio Rodrigues Ferreira, que tanto concorreu para o aformoseamento de nossa bella capital".*

Também não se sabe se, em aceitando a modificada denominação da praça, os liberais aguardavam em silêncio revidar a

decisão, pois, tão logo subiram ao poder em 1878, no ano seguinte já mudavam a denominação de rua da Palma para rua Major Facundo. A rua da Palma, que originariamente terminava na rua Municipal (Guilherme Rocha), recebeu na ocasião nome novo, estendido à sua continuação. Incorporava, pois, o trecho correspondente à Praça e à rua do Fogo, de tal modo que a antiga botica ficava incluída na nomenclatura recentemente adotada... No fim de contas, Facundo era lembrado como mártir da causa liberal, de cujo sacrifício, denunciavam João Brígido e as más línguas, o Boticário teria sido um dos instigadores indiretos...

## As realizações do Boticário à luz da opinião de Paulino Nogueira

Esta nota comemorativa não tenciona apreciar a exata dimensão da presença do Ferreira na gestão da cidade, sem dúvida, exagerada por Paulino Nogueira e seus seguidores. A análise objetiva das realizações do Boticário em seu longo período administrativo requer várias considerações, aliás, sem sentido nestes breves comentários. De qualquer modo, a princípio, se ponderadas as obras em função dos anos de permanência do Ferreira no poder ou se vistas à luz da atual escala urbana ou mesmo da Fortaleza dos anos finais do século XIX, não parecem nem vultosas nem excepcionalmente significativas.

Em quaisquer circunstâncias, deve-se porém levar em conta o impacto das realizações no reduzido tamanho da cidade de então, todas sempre revelando inequívocas demonstrações de poder da Câmara, com forte efeito demonstrativo e coercitivo para a população e para as posteriores administrações. Naquela época, como ainda hoje em Portugal, o presidente da Câmara desempenhava funções executivas, com poderes equivalentes ou até maiores que os dos atuais prefeitos municipais. Assim, pode-se dizer que, por quase duas décadas, o Ferreira foi responsável direto pela gestão da cidade, então ainda muito pequena, repita-se. É bem verdade que o poder da edilidade deparava com eventuais

restrições, já que as câmaras municipais tinham de pedir permissão à presidência da província e às assembléias provinciais para executar determinadas tarefas ou lhes deviam prestar contas de muitos dos seus atos, como aliás ocorreu no caso da redefinição do contorno da praça do Ferreira.

Para melhor juízo das atividades do Boticário à frente da Câmara, a princípio parece aconselhável aceitar-se a relação de trabalhos apresentada por Paulino Nogueira na biografia do Ferreira, seja porque os comprova com dados extraídos das atas respectivas, seja porque elaborada por admirador irrestrito do homenageado. Infelizmente, Nogueira nem sempre se contém com listar e descrever os fatos. Bem ao contrário, inclui realizações concernentes ao processo de expansão da cidade, devidas a terceiros, anteriores e posteriores, atribuindo-as de modo sutil ao Ferreira!

A crítica de João Brígido dos Santos (1829-1921) aos desvios da verdade, exposta por volta de 1880 e aliás transcrita por Paulino Nogueira na sua mencionada biografia do Boticário, é esclarecedora. Não se deve esquecer de que Brígido foi testemunha ocular das transformações da cidade, pois nela viveu intensamente durante mais de noventa anos. Em sua *A Fortaleza de 1810*, assim se expressa:

> *"O serviço, portanto, que se tem atribuído a Antônio Rodrigues Ferreira, de ter alinhado a cidade, fica reduzido ao fato de ter contribuído poderosamente, em épocas posteriores, para observação daquele plano [reporta-se à* Fortaleza de 1810*]. A outro boticário [Bernardo José Teixeira, presidente da Câmara na época] caberia a glória pela execução do traçado de Paulet, sendo preciso restituir-lhe o que lhe tiraram, para ilustrar o nome daquele. Ferreira chegou ao Ceará em 1825, quando já existiam muitas ruas da nova planta. Entrou para a Câmara, na qualidade de vice-presidente, na eleição que se fez no governo de Fausto Augusto de Aguiar (1848) e serviu de presidente no quadriênio seguinte, falecendo em 1859" (Brígido, 1919: 220).*

Apesar de equivocada em datas e em nomes, a opinião de João Brígido é incontestável, com a qual todavia não se conforma Paulino Nogueira, pois tenta rebatê-la textualmente:

> *"Neste posto [do Ferreira, como presidente da Câmara] seu maior empenho consistiu sempre em beneficiar por todos os modos o município, máxime a capital, cujo aformoseamento, pode-se dizer sem medo de errar, é quase todo obra sua (1887: 36).*

A afirmação final ("quase toda obra sua") era absurda, além do mais agravada com o fato de ter sido escrita já no fim do século. Nas três décadas imediatamente posteriores à gestão do Ferreira, a Fortaleza se havia transformado por completo, como o comprova a comparação dos "retratos" da cidade subjacentes nas plantas elaboradas por Adolfo Herbster, em 1859 (ano do falecimento do Boticário) e em 1888, esta última, aliás, contemporânea das declarações de Nogueira!

## As realizações significativas do Ferreira

Postos de lado esses desencontros de opinião, ao ver do autor destas notas, três realizações do Ferreira assumem real significado na história da forma urbana fortalezense, entre aquelas arroladas ou omitidas por Paulino Nogueira:

- A contratação de Adolfo Herbster como arquiteto da Câmara (omitida por Nogueira);
- a abertura de cacimbões em praças públicas;
- a eliminação do chamado "cotovelo" da Praça do Ferreira.

As demais proposições relacionadas por Paulino Nogueira ou eram de monta menor (quase sempre desapropriações de imóveis de pouco valor para "alinhamento" das ruas) ou constituíam projetos vagos, não materializados [7]. Certamente, amparados na credibilidade de Paulino Nogueira, alguns autores têm atribuído

[7] Entre as realizações do Boticário, alheias à administração municipal, deve ser lembrada a construção da igreja de Nossa Senhora das Dores, que começou a erguer em 1848. Tendo ficado inconclusa, a pequena edificação acabou demolida após o desaparecimento do patrono. Em seu lugar foi levantada, pelos Albanos, a elegante igreja do Coração de Jesus (a igreja anterior à atual), espaço concebido para nele oficiar o bispo D. Xisto, figura proeminente da família. Como se vê, nas décadas finais do século XIX, a cidade já conhecia outros poderes.

exclusivamente ao Ferreira, e como grande feito, a decisão de manter e expandir o traçado em xadrez oferecido à Câmara por Silva Paulet em 1813. A afirmação exige reparos, pois, eqüivalente ou até maior relevância deve ser conferida àqueles que administraram a cidade com igual empenho, em dias posteriores quando ela realmente começou a crescer, deparando com problemas ampliados e complicados em decorrência dos interesses imobiliários crescentes.

## A contratação de Adolfo Herbster como arquiteto da Câmara

A contratação de Adolfo Herbster, ocorrida no antepenúltimo ano da presença do Ferreira à frente da Câmara, constituiu de fato a decisão da maior importância para a aparência urbana da Fortaleza da segunda metade do século XIX. O prestígio adquirido por Herbster como arquiteto municipal durante três décadas de atividades, fruto direto de sua competência, pode ser comprovado com a leitura das atas da Câmara, pois nenhuma decisão que afetasse o espaço da cidade obtinha aprovação sem o devido aval do técnico, fosse quanto ao significado e à necessidade das intervenções, fosse quanto aos custos das obras (Castro, 1994: 57). Lamentavelmente, Paulino Nogueira desconhece figuras como Herbster (aliás, seu contemporâneo) e Paulet, os dois responsáveis pela forma que caracteriza a capital cearense, delineada e consolidada no transcorrer dos oitocentos. Ora, se nomes da mais alta qualificação profissional, sequer lhe merecem lembrança, que reconhecimentos poderia despertar a obra por eles realizada? Estes oblívios, na verdade, não constituem surpresa, visto que muitos dos nossos historiadores, como é o caso do próprio Paulino Nogueira, somente se têm interessado pela história politico-administrativa cearense, ignorando aqueles que deram forma material às idéias e às aspirações coletivas.

## A Planta Exacta da Capital do Ceará / abril de 1859

Ao assumir a direção da municipalidade em 1842, o Ferreira tentou obter da presidência da Província a execução de uma planta

confiável da cidade, posto que a carta de Paulet já contava com trinta anos. Não atendido, manteve seus propósitos, de tal sorte que, dez anos depois, conseguiu do arruador e cordeador da Câmara, o português Antônio Simões Ferreira de Farias, a confecção de duas plantas, ambas hoje extraviadas, embora arroladas pelo Barão de Studart em sua coleção de mapas, sob números 64 e 65 (Studart, 1923: 362). O trabalho do velho servidor municipal não deve ter satisfeito os camarários, tanto pelo emprego de métodos superados, tanto porque Farias já confessava sentir-se sem condições de trabalho, havendo pouco depois renunciado ao posto que ocupava desde os dias de Paulet, de quem fora auxiliar direto. Em 1857, como substituto de Farias, foi então contratado Adolfo Herbster (ata da CMF de 8.1.1857) [8].

Investido do novo cargo, Herbster deu início à execução de levantamentos topográficos que lhe permitiram elaborar um projeto da pavimentação inicial da cidade e que lhe deram condições de executar a notável *Planta Exacta da Capital do Ceará / abril de 1859*. Entregue esta à Câmara em 19 de maio, infelizmente o Boticário não pôde vê-la totalmente concluída, por força de seu falecimento, ocorrido vinte dias antes. Deve, entretanto, tê-la conhecido ainda em rascunho ou quase já concluída, posto que nos dois anos de preparo da planta ocorreu estreita aproximação entre o Ferreira e Herbster, como comprova o fato de este último constar como testemunha no testamento do Boticário.

A planta de 1859 é um verdadeiro retrato mapográfico em escala ampla, de 1:4.000, no qual ficam assinalados todos os elementos significativos da cidade, devidamente identificados (figura 1). Assume destaque a parte já urbanizada, isto é, aquela cujas ruas já estavam alinhadas, do Pajeú à rua Amélia (Senador Pompeu) e do quartel da Fortaleza (sede da 10ª. Região Militar) à rua de São

[8] Adolfo Herbster (Recife, 14.5.1826 – Fortaleza, 12.11.1893), era pernambucano, de ascendência francesa direta. As atividades de Herbster como arquiteto da Câmara constitui matéria considerada de modo mais aprofundado no trabalho do autor destas linhas intitulado *Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza*, incluído na Revista do Instituto Ceará., t. 108, 1994: 43-90.

Bernardo (Pedro Pereira), além de pequeno trecho, na praia, à parte a indicação da Casa dos Educandos, no Outeiro (atual Colégio da Imaculada Conceição). Na planta, aparecem vias em processo de abertura, como a rua da Cadeia (General Sampaio) e outras ainda mal delineadas, que procuravam dar prosseguimento à parte da malha já alinhada. No rumo do oeste, as travessas da parte central diluíam-se em prolongamentos tortuosos, atingindo a Lagoinha, mas, ao sul, a cidade não alcançava a atual avenida Duque de Caxias. Os antigos caminhos de saída da cidade, em leque, ainda não estavam eliminados e a periferia urbana contava com grande número de habitações de baixa qualidade material ("choupanas"). Morariam umas 4 mil pessoas na zona organizada e talvez outro tanto, ou mais, na parte por urbanizar. Como se vê, era pequena e pobre a Fortaleza dos últimos dias de Ferreira [9].

## A abertura de cacimbões em praças públicas

Na medida em que a expansão da cidade foi dificultando o fornecimento de água potável captada no já distante riacho Pajeú, impôs-se a abertura de "cacimbas do povo", destinadas a abastecimento público e localizadas no centro das poucas praças então abertas. Sem essa medida, sem a pavimentação e sem o emprego de tijolos de diatomita na construção civil, não havia como se processar a expansão física da cidade.

No mesmo ano de sua posse, em 1857, entre outras atividades, Adolfo Herbster dirigiu os serviços de recuperação dos cacimbões existentes em praças públicas, revestindo-os com

[9] Informação complementar sobre a cidade da época do falecimento do Ferreira pode ser obtida na descrição sucinta incluída pelo Senador Pompeu no seu *Ensaio Estatístico da Provincia do Ceará* (Pompeu, 1864, t. 2: 22-3). Já notícia mais pormenorizada sobre a Fortaleza dos dias em que o Ferreira assumiu a direção da Câmara (1842) deve ser buscada em *A Fortaleza de 1845*, da autoria de Outro Aramac, provável pseudônimo de João Brígido, trabalho publicado originalmente no jornal *Unitário* e transcrito na *Revista do Instituto do Ceará* (1958, t. 72: 230-56). Aramac (Brígido) descreve a organização física da cidade e também se preocupa com a sua composição social.

aduelas de pedra lioz importada de Portugal, a fim de evitar o desmoronamento das barreiras (Castro, 1994: 65-6). O Ferreira teve oportunidade de assistir à inauguração dos cacimbões, inclusive daquele localizado na praça que lhe guarda o nome, posto à vista após recente intervenção urbanística ocorrida no logradouro [10]. Uma década após, o contrato com a Companhia de Águas do Benfica, objetivando eliminar a concorrência no fornecimento de água potável, obrigou a vedação dessas cacimbas, fosse por se afigurarem desnecessárias, fosse para evitar afogamento de menores incautos. Pouco tempo depois, a seca de 1877-79 não apenas fez reabrir as cacimbas como incentivou a escavação de inúmeras outras, em pontos diversos da cidade.

## A eliminação do chamado "cotovelo" da Praça do Ferreira

A expansão do plano de Paulet forçou o gradativo recobrimento dos caminhos coloniais, em leque, que levavam do centro da cidade, ou melhor, da praça da Matriz ao interior. Esse recobrimento poupou apenas a saída para o Jaguaribe (Messejana), porque alheia à primeira fase de implantação do traçado ortogonal. Operou-se, todavia, nas demais "estradas", de Maranguape, Pacatuba, Parangaba, e Caucaia. Pouco após o desaparecimento do Ferreira, os caminhos de saída logo vieram a ficar totalmente eliminados na zona urbana de então, em decorrência do plano oferecido por Herbster em 1863, cuja expansão, direcionada para leste e para oeste, ficava interditada, ao sul, na linha de cotas altas do atual centro cidade (cota 24,00m / rua Antônio Pompeu). Este

[10] Na época do Boticário, havia quatro cacimbões (Outro Aramac: 232), distribuídos nas praças do Paiol (Passeio Público), Amélia (Estação), Garrote (Voluntários) e Municipal (do Ferreira). Este último ficou meio encoberto quando das obras de ajardinamento, executadas por Guilherme Rocha em 1902. Posteriormente, o velho poço desapareceu por completo: primeiro, escondido pelo piso ladrilhado da praça; depois, sob a antiga Coluna da Hora. Quando da remodelação do logradouro em 1991, por via de engenhosa solução arquitetônica, a cacimba voltou a ficar exposta à vista de todos.

perímetro de delimitação do plano permitiu permanecessem, fora da zona central, as antigas vias de penetração alheias à malha em xadrez, como se observa no prosseguimento das ruas Marechal Deodoro / Gomes de Matos e nas avenidas da Universidade, José Bastos e Bezerra de Meneses.

Quando o Ferreira assumiu a direção da Câmara em 1842, a cidade se mostrava urbanizada *grosso modo* por um quadrilátero fechado a sudoeste pelas ruas Senador Pompeu e Liberato Barroso, embora já ficassem delineadas algumas vias paralelas, vizinhas a oeste e a sul. Na época, a chamada "Estrada de Arronches" (nome lusitano da primitiva Parangaba, ainda usado no começo do século XX) cortava a praça do Ferreira segundo uma diagonal nordeste-sudoeste, em trecho ao longo do qual havia algumas construções que dividiam o espaço do logradouro. Formava assim o chamado "Cotovelo", na verdade, um remanescente daquele antigo caminho de penetração. Buscando dar à praça forma retangular, a Câmara obteve do governo provincial a lei que autorizava a intervenção, assim expressa (Leis: s.d.):

> Lei n. 264 de 6 de dezembro de 1842
> *Publicada pelo presidente José Joaquim Coelho*
> 23.
>
> *Art. 1. Fica a camara municipal desta capital autorisada a reformar o plano da mesma eliminando delle a rua do Cotovello afim de ficar alli uma praça que se denominará – Praça de D. Pedro II.*
>
> *Art. 2. A camara irá comprando, e fazendo logo demolir as casas da mesma rua, em proporção das sobras da sua receita em cada anno que ficão applicadas a este fim, além dos donativos offerecidos por alguns cidadãos em beneficio da referida praça.*
>
> *Art. 3. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.*

Em conseqüência, desapropriadas e demolidas as casas que formavam o "Cotovelo" e alinhada a face sul pela travessa do Cajueiro (rua Pedro Borges), a praça ganhou a forma com que

hoje se apresenta. Somente então pôde ser escavada a cacimba, posta exatamente no cruzamento das diagonais da praça. A legislação provincial, oficializando a remodelação do logradouro, deu forças à Câmara para executar futuras intervenções em favor da expansão do plano ortogonal, tão caro aos habitantes da cidade.

No ano seguinte, a lei n. 300, de 1 de agosto de 1843 (Leis: s.d.), juntamente com a aprovação das obras já realizadas, propunha novas medidas. " (...) afim de dar sahida da praça Pedro II para o garrote (praça dos Voluntários) e para a rua Formosa" (Barão do Rio Branco), mandava desapropriar uma casa do "negociante Martinho Buges [Borges?], e umas frentes de D. Helena Maria Leal". Esta última operação não se realizou, revogada que foi pela Resolução nº. 433, de 1 de Setembro de 1847 (Leis, s.d.). Não se pode indicar exatamente onde passaria a ligação entre a praça e a rua Formosa, mas não há dúvidas de que ficava próxima da botica do Ferreira. Também nada se sabe a respeito de D. Maria Helena Leal, cujo sobrenome não seria alheio aos círculos de amizade do Boticário.

Se a "estrada" para Arronches (Parangaba), que é a atual avenida da Universidade, ficara eliminada no trecho coberto pela nova praça [do Ferreira], a parte restante do caminho persistia quase vinte anos depois, ainda não absorvida de todo pela expansão da malha em xadrez nas partes central e sul da cidade de então, como mostra claramente a minuciosa planta elaborada por Herbster em 1859. Por sinal, a planta assinala um renque de árvores que cortava em diagonal o trecho sul da praça [do Ferreira], denunciando remanescência do extinto "Cotovelo" (figura 2).

## À guisa de conclusão

A expansão verificada na cidade entre 1825, quando o Ferreira a conheceu, e o ano de 1859, quando faleceu, em nada se pode comparar com o desenvolvimento urbano da segunda metade do século XIX, desencadeado pela afluência de vários fatores. O Ceará passara a desfrutar de um longo período de 32 anos sem secas declaradas, beneficiando-se diretamente com o incremento dos negócios do algodão exportado para a Grã-Bretanha, durante a

Guerra da Secessão (1861-1865), quando a compra do produto americano ficou interditada. A Fortaleza de fins de século, na qual Paulino Nogueira vivia, pouco ou nada tinha a ver com aquela administrada pelo Ferreira. Além da ampliação imposta à malha urbana em xadrez, a cidade usufruía dos benefícios trazidos pelas novas teclas propulsoras do progresso, consubstanciadas no emprego de tecnologias recentes, particularmente aquelas amparadas pela energia a vapor, as quais, nos dias do Ferreira, ainda eram, por assim dizer, desconhecidas ou raramente usadas.

***

O traçado em xadrez tem origem multimilenar. Sempre foi aplicado em situações de futuro desenvolvimento urbano, como ocorria no caso das cidades de colonização. Utilizado por gregos e por romanos, em suas colônias, encontrou acolhida em fundações medievais ("vilas novas" em Portugal), tendo conhecido franca aplicação nas cidades espanholas e inglesas das Américas. No Brasil, as particularidades do relevo dos sítios urbanos, escolhidos nos primeiros séculos de colonização, limitaram mas não impediram o emprego da traça ortogonal. Após a abertura dos portos e a Independência, a expansão comercial solicitou, quando topograficamente possível, a manutenção e o alastramento da malha com traçado em xadrez. No caso fortalezense, acrescia o fato de que o plano havia sido oferecido por Antônio José da Silva Paulet (1868-1837), coronel de engenheiros português, por certo inspirado no desenho de raiz iluminista que orientou a reconstrução da Baixa lisboeta, destruída por terremoto em 175,5. A reformulação do antigo traçado espontâneo da Baixa, realizada em xadrez, afigurava-se à equipe técnica e ao próprio Marquês de Pombal como o único modo de reconstruir o centro da cidade com rapidez e equidade.

A nova disposição regular dos espaços da cidade da Fortaleza, iniciada por Paulet e ampliada por Herbster, foi absorvida pelo imaginário da população como traço espacial inconfundível. Aceita por todos, tornou-se aspiração coletiva, o que explica o apoio tácito ou explícito à aplicação do traçado ortogonal levada

a cabo tanto pelo Boticário como por seus antecessores e por seus sucessores [11].

É nesse contexto histórico que deve ser apreciada a ação do Ferreira em favor da cidade.

## Nota complementar

Neste ano de 2001, comemoram-se os centenários de nascimento de três figuras de reconhecida importância no processo de modernização material desta cidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção nos anos centrais do século XX. A referência recai nos arquitetos construtores **José Barros Maia** (1901-1996) e **Emílio Hinko** (1901- /) e no engenheiro e arquiteto **Sylvio Jaguaribe Ekman** (1901-1978). Barros Maia era fortalezense e Sylvio Jaguaribe Ekman, paulista de ascendência sueca e cearense. Sobre ambos, o autor deste trabalho dedicou notas especiais, respectivamente nos tomos 110, 1996:273-5 e 112, 1998:27-72, da Revista do Instituto do Ceará. Emílio Hinko, húngaro de nascimento, naturalizado cearense, há de receber futuros comentários.

[11] Para os fortalezenses, sua cidade era "certa e moderna", enquanto as antigas urbes brasileiras de traçado espontâneo eram "erradas e velhas". Ao próprio João Brígido, homem não muito preso ao convencional, afigurava-se "a cidade mais regular do norte do imperio" (Brígido, 1919:221). Em fins do século XIX, teorizadores europeus de beleza urbana passaram a conceder especial valor às tipologias espontâneas, pondo-as em confronto com a malha de ruas retas e monótonas das cidades de traçado ortogonal. Exaltavam a riqueza plástica e espacial das ruas tortuosas, ora estreitas ora alargadas de imprevisto em pequenas praças comuns nas cidades antigas, medievais, européias (ou coloniais, no Brasil), que permitiam visões polidimensionais da paisagem urbana. Apoiavam-se em conceitos de reminiscências românticas então acatados e que, durante o século XX, se embutiram nos programas voltados para preservação e revitalização das cidades antigas. A princípio, consubstanciavam aspirações culturais e estéticas, mas hoje aparecem fortemente valorizados pelos esquemas lucrativos do *trade* turístico.

# Bibliografia

ALEMÃO, Francisco Freire. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. Rio de Janeiro, *Anais da Biblioteca Nacional*, 81, 1962.

Atas da Câmara Municipal de Fortaleza, anos de 1859 e 1871.

BÍBLIA Anotada. São Paulo, Mundo Cristão, 1991.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. São Luís: B. de Mattos, 1864.

BRÍGIDO, J. [João Brígido dos Santos]. *Ceará homens e fatos*. Rio de Janeiro: Besnard, 1919.

CASTRO, José Liberal de Castro. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 108: 43-90, 1994.

FONSECA, Paulino Nogueira Borges da. A vida de Antônio Rodrigues Ferreira. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 1: 13-51, 1887.

LEIS [Provinciais] do Ceará. Rio de Janeiro: Typographia Universal, s.d.

___ Fortaleza: Typographia Fidelissima, s.d.

MENESES, Antônio Bezerra de. Descripção da cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 9: 147-290.

NOGUEIRA [da Fonseca], João Franklin de Alencar. O Ferreira Boticário. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 56: 79-82,1942.

OUTRO Aramac [João Brígido]. Fortaleza de 1845. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 72: 230-256, 1958.

STUDART, Guilherme, Barão de. *Datas e Factos para a Historia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

___. *Diccionario Biobibliographico Cearense*. v. 1, Fortaleza: Typolithographia a vapor, 1910.

___ . *Diccionario Biobibliographico Cearense*. v. 3. Fortaleza: Minerva, 1915.

___ .Geographia do Ceará/Cartographia, mappas cartas etc. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 37: 160-384, 1923.

TESTAMENTO de Antônio Rodrigues Ferreira. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 1, 1887: 53-5.

VASCONCELOS, Abner Carneiro Leão de. Paulino Nogueira. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, v.56, 1942: 194-9.